

A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO FATOR DE CONSERVAÇÃO SOCIAL: ciência e hegemonia na construção do ideário econômico liberal

Túlio Silva Sene ¹

RESUMO: Partindo da percepção de que os sistemas de ensino podem ser interpretados como fatores de conservação social, este trabalho se debruça sobre as ideias de progresso, ciência e desenvolvimento e o seu papel na construção do ideário econômico liberal. Busca-se compreender como a sistematização do ensino na era moderna associou-se com os interesses das classes dominantes para produzir regras de caráter universalista que tendem a legitimar as relações de poder estabelecidas. A metodologia de pesquisa utilizada foi uma análise bibliográfica relativa às discussões sobre a retórica liberal do desenvolvimento e do progresso como instrumentos de legitimação dos ganhos desiguais em um contexto de crescente cientificação do conhecimento. Como resultado, revela-se que, apesar das diferentes terminologias, há uma continuidade no que se refere à utilização de saberes científicos supostamente irrefutáveis como instrumentos de legitimação da ordem. Conclui-se que a associação entre ensino e poder se manifesta por meio da propagação de postulados unidimensionais, supostamente objetivos e universais, com o intuito de legitimar as desigualdades e naturalizar os fenômenos sociais.

Palavras-chave: Ensino. Desenvolvimento. Conservação social.

THE TEACHING SYSTEM AS A SOCIAL CONSERVATION FACTOR: science and hegemony in the construction of the liberal economic ideary

ABSTRACT: Based on the perception that educational systems can be interpreted as factors of social conservation, this work focuses on the ideas of progress and development and their role in the construction of liberal economic ideas. It tries to understand how the systematization of teaching in the modern era was associated with the interests of the dominant classes to produce universalist rules to legitimize the established power relations. The research methodology used was a bibliographic analysis related to the discussions on the liberal rhetoric of

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor do mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor).

development and cooperation as an instrument to legitimize unequal gains in a context of increasing scientific knowledge. It is revealed that, in spite of the different terminologies, there is a continuity regarding the use of supposedly irrefutable scientific knowledge as instruments of power legitimation. The conclusion is that the association between teaching and power is manifested through the propagation of unidimensional, supposedly objective and universal postulates, to legitimize inequalities and naturalize social phenomena.

Keywords: Teaching. Development. Social conservation.

SISTEMA DE ENSEÑANZA COMO UN FACTOR DE CONSERVACIÓN SOCIAL: ciencia y hegemonía en la construcción del ideario económico liberal

RESUMEN: Partiendo de la percepción de que los sistemas de enseñanza pueden ser interpretados como factores de conservación social, este trabajo se centra en las ideas de progreso y desarrollo y su papel en la construcción del ideario económico liberal. Se busca comprender cómo la sistematización de la enseñanza en la era moderna se asoció con los intereses de las clases dominantes para producir reglas de carácter universalista para legitimar las relaciones de poder establecidas. La metodología de investigación utilizada fue un análisis bibliográfico relacionado con las discusiones sobre la retórica liberal del desarrollo y la cooperación como un instrumento para legitimar ganancias desiguales en un contexto de creciente conocimiento científico. Se revela que, a pesar de las diferentes terminologías, hay una continuidad en lo que se refiere a la utilización de saberes supuestamente científicos como instrumentos de legitimación del orden. Por último, se concluye que la asociación entre enseñanza y poder se manifiesta por medio de la propagación de postulados unidimensionales, supuestamente objetivos y universales, para legitimar las desigualdades y naturalizar los fenómenos sociales.

Palabras clave: Enseñanza. Desarrollo. Conservación social.

Introdução

Como já destacava Pierre Bourdieu (1998), interpretar o sistema escolar como um fator de mobilidade social é, provavelmente, efeito de uma inércia cultural, pois, ao contrário do que se defende na maioria dos discursos políticos e na grande mídia,

tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social. Ao fornecer aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sancionar a herança cultural e o dom social como fenômenos naturais, os sistemas de ensino conferem ainda mais poder às classes dominantes e dificultam os esforços de mobilidade social. Por isso, pensar numa economia política dos sistemas de ensino parece cada vez mais importante, pois contribui para a desnaturalização dos processos sociais.

Partindo da interpretação de Wallerstein (2004) de que o desenvolvimento do capitalismo moderno é resultado da expansão política e econômica dos Estados e povos europeus pelo restante do mundo, conquistada por meio de sucessivas campanhas militares, constante exploração econômica e massivas injustiças sociais, infere-se que tal movimento expansivo não seria possível sem que houvesse algum grau de legitimidade para justificar as vantagens e privilégios inerentes ao exercício deste poder. Essa hipótese é reforçada pela percepção de que até mesmo dentre os regimes mais repressivos sempre houve a necessidade de dosar coerção e consentimento. Assim como observava Rousseau (1978), o mais forte nunca será forte o suficiente para manter-se no poder, a não ser que transforme sua força em direito e a obediência de seus súditos em dever.

De acordo com Wallerstein (2007), os instrumentos mais utilizados para legitimação das políticas de dominação dos líderes do mundo pan-europeu apelavam para uma retórica de caráter universalista que apresentava a expansão do sistema como provedora de múltiplos benefícios para todas as populações do mundo e não apenas para os Estados e classes dominantes. A ideia de universalismo, tal como apresentada pelo autor, se refere basicamente à disseminação de conhecimentos pretensamente universais sobre o funcionamento da sociedade cuja aplicação deveria se realizar de forma equânime sobre todos os povos e nações. Wallerstein (2004)

explica que, em geral, regras de caráter universalista tendem a ser favoráveis à manutenção do *status quo* e, uma vez que geram a percepção de que os mais fortes merecem a posição que ocupam, transmitem segurança para aqueles que se beneficiam do funcionamento do sistema.

Nas palavras do próprio autor, o universalismo é um tema proeminentemente associado ao moderno sistema-mundo e, de certa forma, um verdadeiro diferencial do seu tempo. O termo significa a prioridade dada à busca por regras gerais aplicáveis de forma equânime a todas as pessoas e lugares, com a rejeição às particularidades de cada caso.

Universalism is a theme prominently associated with the modern world-system. It is in many ways one of its boasts. Universalism means in general the priority to general rules applying equally to all persons, and therefore the rejection of particularistic preferences in most spheres. (...) Universalism is a positive norm, which means that most people assert their belief in it, and almost everyone claims that it is a virtue (WALLERSTEIN, 2004, p. 39).

Considerando que, tal como destaca o autor, o universalismo é uma norma positiva, validada em muitos casos pelo progresso da ciência, as pessoas tendem a nele depositar sua confiança, acreditando de fato que isso se trata de uma virtude.

O desenvolvimento deste tipo de legitimação de caráter universalista em esfera global associado à construção de uma ideologia dominante tem suas raízes históricas ligadas à emergência do sistema interestatal capitalista, cuja ancestralidade é usualmente atribuída ao desenvolvimento da diplomacia renascentista na península italiana e cuja institucionalização é comumente considerada como resultado da Paz de Westfália, que em 1648 pôs fim à Guerra dos Trinta Anos na Europa. Em sentido amplo, toda a construção ideológica que caracteriza essa fase inicial de formação do sistema interestatal capitalista pode ser identificada com um longo período que se estende desde os primeiros processos europeus de centralização política e delimitação

territorial, que se iniciam por volta do século XV, até o início do século XVIII, quando o conjunto das obras de grandes pensadores como Isaac Newton e René Descartes passou a dar uma nova forma à produção intelectual europeia.

Esse período ficaria especialmente marcado porque à medida que as novas descobertas geravam novos problemas de pesquisa, novos métodos de análise eram elaborados abrindo novas áreas de investigação para o conhecimento humano. Como resultado, a ciência passou a ocupar, em ritmo cada vez mais acelerado, os espaços até então ocupados pela ideologia religiosa no continente europeu. Neste sentido, de acordo com Bury (2010, p.4), um dos acontecimentos mais marcantes do período foi a ressignificação dada à ideia de progresso no imaginário coletivo dos povos europeus. Para ele, a ideia de progresso, assim como as ideias de destino e providência divina, passaria a carregar consigo o mesmo ar de mistério que sempre desempenhou um papel determinante na orientação da conduta dos homens. Por isso, em seu trabalho ele afirma que todas as teorias em torno da expectativa do progresso envolvem um exercício de síntese do passado e uma profecia em relação ao futuro.

Para Nisbet (1985), a premissa da continuidade histórica também é fundamental na compreensão da ideia de progresso. Segundo ele, sem o reconhecimento e a aceitação do passado, que são absolutamente vitais para as teorias do progresso, não seria possível estabelecer princípios para o desenvolvimento no presente nem discutir e projetar possíveis caminhos para o futuro. Para os propósitos deste trabalho, que busca compreender a retórica universalista como instrumento de legitimação do poder no contexto dos sistemas de ensino, resgatar os desdobramentos da ideia de progresso e ciência a partir dos autores renascentistas e da revolução puritana, que teve lugar na Europa a partir do século XVI, é fundamental. É com base neste recorte temporal que procuraremos fazer a associação entre o

desenvolvimento da ciência, a evolução dos sistemas de ensino e a legitimação das relações de poder. Afinal de contas, em termos essencialmente políticos, é razoável supor que o domínio sobre o conhecimento e suas principais fontes de produção significa poder.

Nos últimos séculos, que se estendem desde a formação e consolidação do moderno sistema mundial até as etapas mais recentes do seu desenvolvimento, é possível identificar três grandes fases que caracterizam a evolução da ideia de progresso e o esforço pela constituição de um conjunto de saberes supostamente objetivos e universais. Até a assim chamada dupla revolução – industrial e francesa – do século XVIII (HOBBSAWM, 1977), observa-se um período de crescimento da retórica do progresso e sistematização da busca pelo conhecimento, sucedido, ao longo do século XIX, pela explosão do cientificismo de caráter universalista. No século XX, apesar das controvérsias, há uma tendência ainda maior de propagação de postulados unidimensionais para legitimar as desigualdades e os poderes estabelecidos. Desta forma, os interesses das classes dominantes permanecem blindados à medida que o exercício de sua hegemonia se manifesta também em sua esfera cultural por meio da evolução dos próprios sistemas de ensino.

A retórica do progresso e a sistematização da busca pelo conhecimento

O surgimento e a evolução inicial das ideias de progresso e ciência no moderno sistema mundial caracterizam-se essencialmente pelo desenvolvimento de um saber cada vez mais sistemático em uma época de profundas transformações na visão de mundo do homem ocidental. Com o esfacelamento da unidade cristã e a conseqüente implosão da autoridade supranacional da igreja católica na Europa dos séculos XVI e XVII houve uma verdadeira revolução intelectual desencadeada a partir do movimento

reformista. Na interpretação de Nisbet (1985), o marasmo sobre o qual pairava a ideia de progresso durante o renascimento começou a se dissipar à medida que os ventos da revolução puritana foram sendo sentidos em todas as partes, ao mesmo tempo em que as artes e as ciências começaram a florescer na Inglaterra setecentista.

Muito embora o pensamento deste período sofresse ainda uma importante influência da fé religiosa, ele serviu como referência essencial para a secularização da ideia de progresso que passaria a dominar a produção intelectual no século seguinte. À medida que o clima de ceticismo ia se disseminando, novos horizontes e visões de mundo eurocêntricas eram construídas e legitimadas pelo discurso da afirmação de um método supostamente correto e universal para o exercício da atividade científica. Neste sentido, duas orientações metodológicas passam a se destacar nesta época como grandes expoentes do pensamento. Por um lado, o empirismo inglês de Francis Bacon, para quem a observação e experimentação conduziram às generalizações universais que deveriam governar a sociedade e, por outro, o racionalismo moderno com a busca do francês René Descartes pelo valor objetivo dos conhecimentos científicos.

Segundo Descartes (2001), a única verdade que interessava era aquela que qualquer indivíduo, educado ou não, poderia alcançar por conta própria caso se valesse do método para bem conduzir a razão e procurar a verdade. O método cartesiano assumia que o pensamento deveria passar pelas etapas de negação às afirmações não axiomáticas, análise detalhada do problema, dedução lógica e classificação rigorosamente racional do conhecimento. Na leitura de Nisbet (1985), o que fez a filosofia cartesiana tão revolucionária foi a insistência do próprio autor em garantir que o seu método estava disponível para todos os homens, de forma que a ciência não mais necessitaria ficar restrita a acadêmicos e cientistas.

De acordo com Wallerstein *et al.* (1996), para além do racionalismo cartesiano, a visão clássica dominante na ciência foi erigida também sobre as premissas básicas do modelo newtoniano, que afirmava uma simetria entre passado e futuro observável a partir da existência das leis naturais. Caberia, portanto, a Isaac Newton o papel na história como responsável por realizar a síntese de duas correntes metodológicas fundamentais, o empirismo de Bacon e o racionalismo de Descartes. A física e a mecânica celeste de Newton podem ser interpretadas como um esforço para mostrar como o rigor metodológico aplicado para determinados casos particulares permitiria o enunciado de leis naturais aplicáveis a todo o universo. Desta forma, toda a ideia de progresso nesta época, embora ainda intimamente associada à religiosidade, caminhava em busca de novos conhecimentos e métodos científicos que contribuíssem para a explicação dos fenômenos naturais.

O período que se estende de meados do século XVIII a meados do século XX marca o desenvolvimento cada vez mais acentuado de um cientificismo secular que se caracterizará por um movimento crescente de disciplinarização do pensamento social e pelo surgimento, no campo da ciência econômica, do embate ideológico entre as teorias marxistas e neoclássicas. Para Wallerstein (1989), essa história tem início a partir da virada para o século XVIII quando teria ocorrido uma segunda “Guerra dos Cem Anos” opondo ingleses e franceses pelo controle do já bastante articulado comércio mundial. Segundo ele, à medida que vai ficando clara a ascensão econômica, política e militar britânica, começa a se esboçar uma nova ofensiva com propósitos hegemônicos também sobre os domínios da cultura e da ideologia. É assim que em meados do século XIX percebe-se o triunfo daquilo que Wallerstein (1989) chamou de pensamento “universalizante-setorizante” ou “nomotético-idiográfico”.

Se por um lado o pensamento oitocentista é caracterizado como universalizante por se pautar sobre a descrição da realidade empírica com o objetivo de chegar, via indução, à formulação de leis abstratas que se supunham verdades absolutas para todos os tempos e lugares, por outro lado, o pensamento é também identificado como setorizante porque acreditava-se que o conhecimento seria resultado de um esforço de especialização fruto da fragmentação do saber em distintas disciplinas. Wallerstein (1989) destaca que a vantagem de doutrinas deste tipo para os beneficiários da hegemonia britânica é evidente, uma vez que dá margem para a interpretação de que o seu modelo seria um modelo de fato universal e válido para todas as outras experiências de desenvolvimento nacional.

Ademais, a setorização do pensamento dificultaria a percepção das estruturas que formam o sistema mundial, obstruindo assim a avaliação das transformações subjacentes ao mundo histórico real (WALLERSTEIN, 1989). Neste contexto, durante a segunda metade do século XIX multiplicam-se as disciplinas acadêmicas com o objetivo de cobrir as mais diversas áreas do conhecimento, desde as ciências naturais até as humanidades. No interior das ciências sociais essa diversidade intelectual se manifestava através da criação de múltiplas estruturas disciplinares que passavam a ocupar um espaço cada vez maior dentro das principais universidades europeias. Essa diversificação das disciplinas inseria-se num esforço empreendido no sentido de gerar e desenvolver um conhecimento supostamente objetivo sobre a realidade social.

Neste contexto, a ideia de progresso atinge o seu ápice na mentalidade popular e nos círculos acadêmicos do mundo ocidental. Deste ponto em diante surgira um novo elemento de poder, a verdade científica. Segundo Nisbet (1985), até mesmo ideias como liberdade, igualdade e justiça, postas em evidência pela Revolução Francesa, teriam assumido um papel secundário frente à necessidade de avançar para uma etapa

superior dentro da escala evolutiva do progresso. A ciência foi, desta forma, se tornando dominante ao longo do século XIX. E um dos desdobramentos mais evidentes desse novo papel de destaque assumido pelo conhecimento científico foi justamente a reformulação dos sistemas de ensino com base em premissas nomotéticas e universalistas.

Ciência, poder e legitimação da ordem estabelecida

Para grande parte dos pensadores clássicos, o progresso científico vinculava-se à ideia de poder dos Estados na medida em que significava sua capacidade de gerar, distribuir e aumentar o seu excedente econômico. Desta forma, investigar o excedente se mostrava como o caminho mais evidente para entender e desvendar as leis de funcionamento da produção capitalista que levariam ao progresso. Por isso, à medida que as preocupações econômicas foram ganhando destaque enquanto objeto de interesse científico, a ideia de progresso científico começou a se confundir com as ideias de crescimento econômico e liberdade.

Apesar de suas divergências teóricas, de uma forma geral a escola clássica do pensamento econômico concluía que o progresso poderia ser alcançado através da adoção dos postulados da nascente ideologia liberal. Além das liberdades individuais, defendia-se ferrenhamente os direitos de propriedade, a igualdade de todos perante a lei, as limitações governamentais e, sobretudo, o livre mercado. Assim, consolidava-se uma perspectiva de pensamento supostamente objetiva e universal que passaria a controlar parte importante das universidades e institutos de pesquisa do centro do sistema mundial. Tal perspectiva, contudo, não se mostraria imune ao contraditório. Um dos pontos mais conhecidos da crítica de Marx (1982) à economia política de seu

tempo seria justamente o questionamento sobre a suposição de universalismo e inevitabilidade das formulações teóricas clássicas.

Para Marx (1982), não bastava identificar que a acumulação de capital ocorreria a partir da extração da mais valia, seria preciso ir além para que fosse possível desmistificar o conteúdo de toda a formulação do valor-trabalho. Marx (1982) identificara que a relação capitalista de subordinação do trabalho ao capital é um fenômeno social que surge a partir de complexas determinações históricas desencadeadas por um processo de acumulação primitiva de capital. Por isso, sob a condição histórica específica do capitalismo, apenas os capitalistas acumulavam, pois eram os únicos com capacidade de associar bens de produção com força de trabalho em um processo produtivo que gerava uma nova categoria de mercadorias, os bens de consumo. O processo de acumulação, neste sentido, ao mesmo tempo em que se desenvolvia criaria também as condições de sua própria superação. Desta forma, evidenciava-se a dinâmica contraditória do sistema capitalista que conduziria, segundo Marx (1982), à acentuação da luta de classes e à erosão do próprio sistema.

Assim, em meio a um crescente cientificismo marcado pela naturalização dos fenômenos sociais, o embate ideológico de Marx (1982) e dos marxistas com as teorias liberais clássicas e neoclássicas deu origem a duas poderosas perspectivas socioeconômicas que passariam a competir pela proeminência ideológica em praticamente todas as regiões do mundo. Por um lado, geralmente associado à direita, se posicionavam os defensores de um sistema liberal que deveria ser essencialmente operado pela iniciativa privada, livre de interferências governamentais e aberto ao pleno e livre funcionamento do mercado internacional – perspectiva claramente favorável à manutenção do *status quo* e das relações de poder vigentes. Por outro lado, geralmente associado à esquerda, estavam os defensores de um sistema orientado

pela ação do Estado para que pudesse, pelo menos em parte, reverter a exploração e a desigualdade desencadeadas pelo contínuo processo de acumulação de capital.

É no contexto desse embate ideológico que se evidencia a necessidade premente da legitimação das relações de poder. Neste sentido, Estados Unidos e Europa Ocidental, pioneiros no processo de desenvolvimento industrial e berço das principais teorias liberais, se viram forçados a liderar não apenas o constante desenvolvimento de suas forças produtivas, mas também a produção e difusão dos seus aspectos ideológicos principais. Como resultado, direta ou indiretamente, foi sendo arquitetada a hegemonia ideológica do liberalismo econômico no mundo ocidental, o que acabou por afastar boa parte dos marxistas e suas teorias imperialistas dos principais centros de pesquisa e produção acadêmica do mundo ocidental.

De acordo com Dervis e Özer (2005), o triunfo ideológico da democracia liberal como modelo de organização política significa que onde quer que o poder seja exercido ele necessita de fato do consentimento dos seus governados, algo que já era amplamente reconhecido em relação ao poder exercido dentro das fronteiras nacionais, mas que a partir de meados do século XIX passou a adquirir crescente importância também em relação às questões internacionais. Novamente, o argumento comumente utilizado pelas principais potências mundiais para legitimar o exercício do seu poder passou a relacionar a expansão do sistema capitalista com a irradiação de benefícios econômicos e sociais geralmente associados às ideias de progresso, civilização e crescimento econômico, que juntas passaram a ser interpretadas como expressões de valor universal. Neste sentido, os principais elementos teóricos que embasavam a ideia de progresso e que contribuiriam para a construção ideológica de meados do século XX se concentravam em autores de tradição liberal, sempre sob o argumento da validação científica.

A ciência econômica do liberalismo e o debate contemporâneo

Com base no princípio da substituição de fatores produtivos em função de seus preços e no princípio da produtividade marginal decrescente, os autores da corrente teórica neoclássica chegavam à conclusão de que haveria plena utilização dos fatores produtivos num sistema econômico operado apenas pelos mecanismos de mercado. Uma das proposições centrais dessa abordagem, também conhecida como marginalista, é a de que, em economias livremente competitivas, haveria uma tendência de longo prazo ao equilíbrio dos mercados. Isso ocorreria porque a demanda por fatores de produção se adaptaria à dotação (oferta) de recursos produtivos.

O mecanismo básico que supõe gerar equilíbrio de mercado nos mercados de fatores seria o assim chamado princípio da substituição, que sugere que um aumento na dotação de qualquer fator fará com que a demanda por ele também aumente devido a um barateamento de seu preço em relação aos demais fatores de produção. Essa queda no preço do fator levaria a um barateamento na produção e no consumo, gerando substituição nestas duas esferas. Desta forma, o livre funcionamento do mercado resultaria em uma mais eficiente alocação dos recursos e, por conseguinte, conduziria todas as economias nacionais ao crescimento econômico e ao “progresso da opulência”.

Tais argumentos conduzem à formulação das teorias explicativas da modernização, que evoluíram na forma de um campo de estudo particular conhecido dentro da ciência econômica como Economia do Desenvolvimento. O problema fundamental que movia os trabalhos dos chamados pioneiros do desenvolvimento (MEIER, 1984) era o acentuado quadro de assimetrias internacionais e o objetivo central proposto era descobrir as causas e possíveis remédios para reverter o enorme

distanciamento que separava as distintas realidades econômicas nacionais. Fieis à ideia central de que a taxa de remuneração de cada fator produtivo seria determinada pelos mecanismos autorreguláveis de mercado, esses economistas e cientistas sociais apoiavam-se numa perspectiva de longo prazo que apontava para o progresso de todos os países por meio de trajetórias particulares que convergiram para níveis similares de renda no futuro.

De acordo com esses teóricos, os Estados capitalistas mais desenvolvidos poderiam servir de modelo para os menos desenvolvidos, de forma que seria perfeitamente possível definir um receituário de caráter universal que conduzisse todos os países ao caminho da prosperidade econômica. Essas teorias da modernização, orientadas por uma percepção linear e convergente do progresso social e econômico, assumiam de forma equivocada que com paciência mesmo as economias mais atrasadas, geralmente caracterizadas por baixa renda e baixos níveis de investimento, poderiam dar continuidade a um processo de acumulação que levasse à elevação dos seus níveis de renda até patamares compatíveis aos observados nas economias consideradas desenvolvidas. Especialização produtiva, promoção das exportações, abertura aos investimentos externos e aceitação do sistema de preços de mercado eram algumas estratégias econômicas de validade supostamente universal defendidas como caminhos certos para a replicação do modelo de desenvolvimento das economias mais avançadas no restante do mundo atrasado.

A disseminação da ideia de modernização e desenvolvimento pelo *mainstream* do pensamento econômico foi favorecida pelo empenho dos americanos em torno da afirmação de sua hegemonia no contexto geopolítico do imediato pós-guerra, o que fez com que rapidamente o conceito de desenvolvimento se tornasse objetivo principal da maioria das políticas nacionais. Como resultado, em meados do século XX

desencadeou-se um processo de homogeneização de culturas e tradições em favor de um modelo de crescimento econômico e estilo de vida típicos das economias industriais avançadas. Ao mesmo tempo, foi arquitetada uma estrutura básica de governança política global com o propósito principal de estabelecer uma cooperação internacional para o desenvolvimento de todas as nações. Cooperar neste sentido significava concordar e respeitar os princípios básicos do regime de acumulação capitalista acreditando que a distribuição de benefícios econômicos e sociais, embora assimétrica em um primeiro momento, se faria sentir globalmente no médio e longo prazo.

Sob um contexto histórico marcado por enormes assimetrias de riqueza e poder, o debate ideológico que evoluiu até o início deste século XXI passou a tratar essencialmente do conflito entre as perspectivas de desenvolvimento dos Estados buscando respostas para o clássico dilema entre intervencionismo e liberalismo. Os defensores do neoliberalismo acreditavam que as economias mais bem-sucedidas eram aquelas que tendiam à maior abertura financeira e comercial com o menor grau de interferência possível do Estado. Desta forma, o conceito de globalização passou a ser difundido por todo o mundo como um caminho comum que conduziria ao sucesso todas as nações que estivessem unidas em prol da queda de barreiras nacionais. O fim da Guerra Fria e a vitória do capitalismo americano soariam como a confirmação desses preceitos.

Todavia, a globalização que foi fruto desse novo contexto histórico se mostrou um movimento contraditório por natureza, pois quanto mais ele se desenvolvia mais ele necessitava da intervenção do Estado para amenizar os efeitos destrutivos do capital sobre os menos favorecidos, ou “perdedores” do sistema. Hoje em dia, a principal divisão que existe no pensamento econômico pode ser ilustrada através de

um ponto específico que trata da origem das transformações estruturais. Sob esta perspectiva, considerando o papel e as implicações da estrutura produtiva para o crescimento, podemos afirmar que existem, grosso modo, duas orientações teóricas principais sob as quais se dividem as principais teorias econômicas. Contudo, apesar de evidente controvérsia, a visão ortodoxa é a mais amplamente difundida como sendo resultado do esforço de análise e desenvolvimento científico.

A visão mais convencional (ortodoxa) tende a acreditar que a mudança estrutural nos padrões de produção, expressa numericamente em termos das variações nas contribuições dos setores para o produto interno bruto dos países, é apenas um efeito paralelo do crescimento. Ou seja, à medida que a economia se expande e os mercados se ampliam, novas demandas exigem novos processos produtivos que acabam atraindo mais capital e trabalho. A mudança estrutural seria apenas um ajuste da economia a essas demandas e, portanto, mais liberdade para os mercados geraria maior evolução para as estruturas econômicas. Geralmente pautadas sobre o princípio das vantagens comparativas, essas teorias não acreditam que um setor específico da economia precise ser mais estimulado do que outro em países em desenvolvimento.

A visão alternativa (heterodoxa) acredita que estes padrões de mudança estrutural não são simples produtos do crescimento, mas sim seus motores iniciais, especialmente nas economias em desenvolvimento. Esse pensamento acredita na necessidade de intervenção política sobre a estrutura econômica, pois a escolha consciente das políticas que conduzem à transformação do sistema é essencial para uma expansão da economia no longo prazo. Os economistas da tradição estruturalista compartilham dessa visão, que em geral é ignorada por grande parte das teorias

econômicas contemporâneas. Sob esta perspectiva, a atuação do estado seria essencial.

Apesar do fracasso das políticas neoliberais na tentativa de induzir o rápido crescimento nos países em desenvolvimento, o reconhecimento da importância do papel do Estado praticamente não aparece na literatura dominante. A obsessão pela manutenção do *status quo* e pelos direitos de propriedade tem feito a análise se tornar unidimensional e incapaz de entender o vínculo positivo entre intervenção estatal e sucesso de mercado. Desta forma, os esforços de divulgação do ideário liberal através dos sistemas de ensino dominantes tendem a legitimar as relações de poder estabelecidas, sempre retomando o argumento da existência de saberes científicos supostamente irrefutáveis. Como resultado, transmite-se a responsabilidade da geração e distribuição de renda para os mercados e seus mecanismos próprios de funcionamento, como se possível fosse sua existência alheia ao sistema social como um todo.

Considerações finais

No breve resgate histórico das ideias realizado ao longo deste texto, foram priorizadas as controvérsias em detrimento dos modelos estanques, unidimensionais e supostamente objetivos e universais. Um dos fundamentos mais importantes da economia política é a percepção de que as variadas disciplinas do meio acadêmico não podem ser plenamente compreendidas se analisadas em separado. Pensar dessa forma significa valorizar as particularidades de cada área de especialização sem perder a noção de conjunto e totalidade que é inerente ao próprio saber científico. Assim, uma pesquisa relativa à evolução do pensamento moderno não pode prescindir dos embates ideológicos que caracterizam a própria produção do conhecimento.

É justamente a falta de embates e controvérsias que alimenta a hegemonia das classes dominantes. Neste sentido, sistemas de ensino montados e planejados a partir da premissa da simples transmissão de saberes constituídos, sem questionamentos, associam-se com os interesses dos poderes já estabelecidos, transformando-se nos instrumentos mais utilizados para a legitimação das políticas de dominação. Muito embora essa campanha pela disseminação de ideias já constituídas não seja a única forma de legitimação das relações de poder estabelecidas, ela se mostra como uma das mais importantes por proteger-se por detrás da bandeira da irrefutabilidade dos saberes científicos.

A utilização dos sistemas de ensino como instrumentos para uma mais ampla disseminação de ideias dominantes favorece a consolidação de um tipo único de pensamento no imaginário popular e obscurece o debate. Por isso, os sistemas de ensino não podem abdicar-se de discutir os aspectos sociais, econômicos e políticos que permeiam a formação de estudantes e a própria produção do conhecimento acadêmico. Condição básica, neste sentido, é aquela destacada por Freire (2014) ao afirmar que os indivíduos não devem estar demasiado certos de suas certezas, assim como devem ter consciência do seu próprio inacabamento ou inconclusão.

Reconhecer-se como um ser inacabado faz com que o homem se ponha em busca daquilo que lhe falta e o coloca como sujeito de sua própria educação. Assim, todo sistema de ensino que se proponha libertador deve ter caráter questionador e estar aberto à superação de seus próprios saberes constituídos em um exercício de constante produção e reprodução de conhecimentos. A verdadeira educação libertadora deve ser, neste sentido, anti-sistêmica, rebelde e indócil para tornar-se de fato criadora e inovadora.

Ao subvalorizar o poder do contraditório dificulta-se o próprio exercício da descoberta científica, reduzindo a capacidade de análise. Ao se afastar a controvérsia ideológica, geralmente por meio de um discurso centrista ou supostamente tecnicista, empurra-se um modelo fechado e estático de percepção da realidade social e condicionam-se as massas para aceitarem o exercício do poder de forma acrítica. Por isso, assim como bem lembra Wallerstein (2007), é fundamental não confundir o poder das ideias com as ideias do poder.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BURY, J. B. **The Idea of Progress**: an inquiry into its origin and growth. The Project Gutenberg, 2010. *E-book*.

DERVIS, K.; ÖZER, C. **A better globalization**: legitimacy, governance, and reform. Washington, DC: Center for Global Development, 2005.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 2014.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difusão Editorial SA, 1982.

MEIER, G. M. The formative period. *In*: MEIER, G. M.; SEERS, D. (org.). **Pioneers in development**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

NISBET, R. **A história da ideia de progresso**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WALLERSTEIN, I. *et al.* **Para abrir as ciências sociais**: relatório da comissão gulbenkian sobre reestruturação das ciências sociais. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1996.

WALLERSTEIN, I. O homem da conjuntura. *In*: LACOSTE, Y. (ed.). **Ler braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.13-29.

WALLERSTEIN, I. **World-system analysis**: an introduction. London: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Enviado em: 25/03/2019

Aprovado em: 25/05/2020